



EMPDSBELMONTE
EMPRESA MUNICIPAL

**EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE
BELMONTE, E.M.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO & DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO DE 2017**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BELMONTE
Março de 2018



Relatório de Gestão da EMPDS BELMONTE, E.M.

EXERCÍCIO DE 2017

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme determina o artigo 20º dos Estatutos, o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão acompanhado pelos seguintes documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2017: Balanço; Demonstração de Resultados; Demonstração das Alterações do Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo às Demonstrações Financeiras.

Este documento tem como objetivo evidenciar a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2017, no que respeita à gestão, pondo em evidência os resultados e as ações consideradas mais relevantes.

A estratégica de gestão pautou-se por um grande rigor e contemplou todos os distintos aspetos de uma forma global e integrada, numa perspectiva de sustentabilidade e de qualidade, tal como se poderá comprovar através das informações constantes no presente relatório.

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, atenta à satisfação das necessidades e expectativas da população, desenvolveu a sua atividade em 2017 de forma a proporcionar um serviço de qualidade acrescido de eficácia.

Quem melhor que Belmonte para divulgar a história da Epopeia dos Descobrimentos ou a Cultura Judaica.



A realização de eventos culturais anuais continua a ser uma mais-valia para a dinamização de Belmonte assim como uma forte atracção para os visitantes; em suma uma política de estratégica e desenvolvimento de Turismo, quer Nacional quer Internacional, reconhecendo a este sector de atividade um real motor económico endógeno.

Esta administração tem como objetivo prosseguir uma gestão permitindo assim a sua sustentabilidade económica - financeira, o esforço de racionalização dos recursos disponíveis, uma gestão rigorosa dentro dos resultados previsionais previstos - com atenção prioritária á contenção de custos, a fim de atingir as metas a que se tem proposto.

Neste sentido, os desafios que a empresa enfrenta serão de grande amplitude e exigência, pelo que devem constituir um estímulo e uma oportunidade para que se continue a aumentar e desenvolver um turismo / cultura de empenho e de rigor. Estamos preparados para enfrentar as dificuldades e os imprevistos, tentando da melhor forma contornar os obstáculos.

Podemos concluir que, os objectivos definidos para 2017 foram alcançados, resultado dum aproveitamento total dos meios técnicos e logísticos disponibilizados.

Neste sentido expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular á população, aos clientes, fornecedores, porque a eles se deve o crescimento e desenvolvimento da nossa atividade.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho fundamental ao crescimento sustentado da empresa no presente e futuro.



II- A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O ano de 2017 constituiu o décimo terceiro ano de actividade da EMPDS BELMONTE, E.M.. Seguidamente apresentam-se as principais diferenças entre as previsões para 2017, o realizado em 2017 bem como o comparativo com o realizado em 2016:

Descrição	Previsão	Realizado	Realizado
	2017	2017	2016
Custo das Mercadorias Vendidas	32.000,00	32.700,18	37.576,99
Fornecim. e Serv. Externos	31.250,00	34.046,97	26.545,05
Gastos c/ o Pessoal	175.687,50	196.799,76	177.578,37
Gastos de Depreciação e de Amortização	1.000,00	117,30	217,23
Outros Gastos	0,00	3.060,36	5.254,59
Gastos de Financiamento	0,00	5,51	58,13
Total dos Gastos	239.937,50	266.730,08	247.230,36
Vendas e Serviços Prestados	204.000,00	231.257,26	207.094,50
Subsídios à Exploração	39.000,00	37.405,49	46.120,52
Outros Rendimentos e Ganhos	2.500,00	2.763,52	4.168,60
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	2,95	7,15
Total dos rendimentos	245.500,00	271.429,22	257.390,77
Imposto	0,00	472,59	75,76
Resultado Líquido do exercício	5.562,50	4.226,55	10.084,65



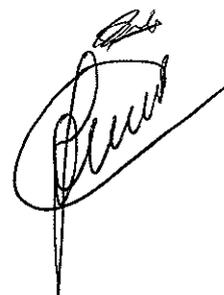
As diferenças relevantes que se verificaram foram:

- No total dos gastos verificou-se um aumento de 26.792,58 euros em relação ao previsto no orçamento para 2017, correspondendo a mais 11,2%. Comparativamente a 2016 verifica-se também um aumento de 7,9% nos gastos da EMPDS.
- O aumento dos gastos tem fundamentalmente a ver com o aumento dos gastos com o pessoal (+12%) em relação ao orçamentado para 2017, motivados pela entrada de novos funcionários devido ao acréscimo de atividade, sendo as variações nas outras rubricas pouco significativas em termos percentuais.
- Nos rendimentos constata-se que relativamente às previsões efetuadas para 2017 o valor verificado foi superior em 25.929,22 euros, correspondendo a mais 10,6% do valor orçamentado. Comparando com 2016, verifica-se um aumento de 5,5% nos rendimentos da EMPDS.
- O aumento nos rendimentos deve-se essencialmente ao aumento das vendas e serviços prestados que aumentaram 13,4% em relação ao orçamentado para 2017, devido ao acréscimo do fluxo turístico. Também em relação a 2016 se verificou um aumento de 11,7% nas vendas e prestações de serviços. Nas outras rubricas de rendimentos, as variações são pouco significativas em termos percentuais.

III- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente à situação financeira constata-se a manutenção de um bom rácio de autonomia financeira que diminuiu muito ligeiramente, passando de 47,02% em 2016 para 46,89% em 2017.

A liquidez da empresa manteve-se a mesma relativamente ao ano anterior, sendo o rácio de liquidez geral de 1,82, mantendo-se a capacidade da EMPDS para pagar os seus compromissos de curto prazo.



IV- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pela análise da Demonstração de Resultados verifica-se que os Resultados Líquidos da EMPDS BELMONTE, E.M. tiveram a seguinte evolução:

(Unid.: Euros)

RESULTADOS	2015	2016	2017
Resultado líquido do período	-23.351,30	10.084,65	4.226,55

Os resultados em 2017 evidenciam um decréscimo relativamente ao ano de 2016, mantendo-se no entanto, a obtenção de resultados positivos.

Relativamente, à estrutura de Gastos ela é a seguinte em relação às principais rubricas: Gastos com o Pessoal (73,8%), Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (12,3%) e Fornecimentos e Serviços Externos (12,8%).

Em relação à estrutura de Rendimentos ela é a seguinte também em relação às principais rubricas: Prestações de Serviços (68,2%), Vendas (17%) e Subsídios à exploração (13,8%).

V- PLANO DE INVESTIMENTO E EXECUÇÃO ANUAL

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2017 estavam previstos investimentos em Equipamento Administrativo no valor de 2.000,00 € e em Equipamento de Transporte no valor de 7.500,00 €. No entanto, estes investimentos não foram concretizados.

VI - OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

a) Não haver ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo direto ou indireto sobre as contas do exercício de 2017 (artº66, nº5 b)

- b) Não existirem negócios entre a empresa e os seus Administradores (artº66, nº5 e) e 397º)
- c) Não existirem sucursais da empresa em qualquer parte do território nacional e estrangeiro (artº66, nº5 g)
- d) Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não são titulares de participações da empresa (artº447)
- e) A empresa não tem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

VII - PERSPECTIVAS PARA 2018

Durante o ano de 2018, estão previstas no Plano de Atividades e Orçamento, diversas iniciativas que a serem concretizadas como esperamos, continuam a perspetivar um desenvolvimento sustentável da empresa e um contributo para a prestação de melhores serviços a todos aqueles que visitam Belmonte.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

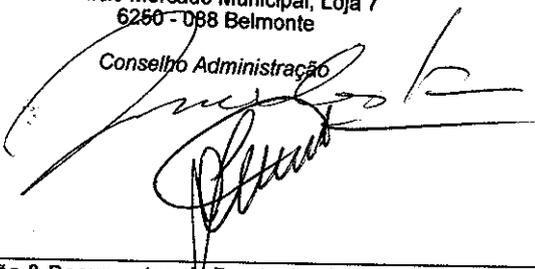
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado em 2017 de 4.226,55 €, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Belmonte, 30 de Março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EMPDS - Belmonte, EM.
Edifício Mercado Municipal, Loja 7
6250-088 Belmonte

Conselho Administração





EMPDS BELMONTE, E.M.

Balanço em 31 de Dezembro de 2017

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6, 23	219,38	336,68
Ativos intangíveis	7, 23	0,00	0,00
Investimentos financeiros		35,22	0,00
		254,60	336,68
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	42 642,26	43 187,66
Clientes	9	5 022,86	5 465,08
Estado e outros entes públicos	10	5 593,95	7 343,64
Outros créditos a receber	11	44 490,66	29 408,46
Diferimentos		0,00	82,10
Caixa e depósitos bancários	4, 12	15 363,49	18 233,51
		113 113,22	103 720,45
TOTAL DO ATIVO		1 133 367,82	1 040 057,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	5 000,00	5 000,00
Reservas legais	13	1 000,00	0,00
Resultados transitados	13	42 931,62	33 846,97
		48 931,62	38 846,97
Resultado líquido do período	13	4 226,55	10 084,65
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		53 158,17	48 931,62
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	28 741,55	23 979,45
Estado e outros entes públicos	15	5 659,91	6 713,40
Outros passivos correntes	16	25 808,19	24 432,66
		60 209,65	55 125,51
TOTAL DO PASSIVO		60 209,65	55 125,51
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1 133 367,82	1 040 057,13





EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2017

 Unidade Monetária:
 EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	17	231 257,26	207 094,50
Subsídios à exploração	18	37 405,49	46 120,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-32 700,18	-37 576,99
Fornecimentos e serviços externos	19	-34 046,97	-26 545,05
Gastos com o pessoal	20	-196 799,76	-177 578,37
Outros rendimentos	21	2 763,52	4 168,60
Outros gastos	22	-3 065,87	-5 312,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48 134,49	10 370,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	-117,30	-217,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 696,19	10 153,26
Juros e rendimentos similares obtidos	24	2,95	7,15
Resultado antes de impostos		4 699,14	10 160,41
Imposto sobre o rendimento do período		-472,59	-75,76
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		4 226,55	10 084,65





Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte
EMPDS - BELMONTE, E.M.

EMPDS BELMONTE, E.M. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Unidade Monetária:
EURO

	1	2	3	4 = 2 + 3	5	6 = 1 + 2 + 3 + 5	7	8	9 = 7 + 8	10	11 = 6 + 7 + 8 + 10
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
Alterações no período											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período											
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
Alterações no período											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período											
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2017

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		231.699,48	206.879,64
Pagamentos a fornecedores		-61.521,85	-77.785,54
Pagamentos ao pessoal		-196.799,76	-177.578,37
Caixa gerada pelas operações		-26.522,13	-48.484,27
Outros recebimentos / pagamentos		23.754,67	35.572,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-2.867,46	-12.911,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Juros e rendimentos similares		2,95	7,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		2,95	7,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuízos		0,00	25.351,30
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		-5,51	-58,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		5,51	23.293,17
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-2.870,02	10.388,51
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	18.233,51	7.845,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	15.363,49	18.233,51
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-2.870,02	10.388,51





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 DA EMPDS BELMONTE, E.M.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.M., adiante designada EMPDS Belmonte, EM, é uma Empresa Municipal constituída em 05/03/2004, é a pessoa coletiva n.º 506779360 e está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Belmonte sob o n.º 00001/040315.
- 1.2. Tem sede na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 88, freguesia e concelho de Belmonte.
- 1.3. Tem como atividade principal as Atividades dos Museus (CAE – 91020).
- 1.4. Empresa-mãe imediata: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).
- 1.5. Empresa-mãe final: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE), de acordo com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 9 de março e o Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.
Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.
- 2.2. Não houve disposições do SNC que tenham sido derogadas e portanto as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.
- 2.3. Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, nem houve ajustamentos em relação ao período anterior.





3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as NCRF-PE e são as seguintes:

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos mínimos de vida útil previstos no Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Inventários

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.





Rédito

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Acontecimentos Após a Data do Balanço

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos.

Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).





Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros

i) Clientes

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas de/a terceiros

As dívidas a fornecedores ou de/a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.





Benefícios dos Empregados

A empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2017	31-12-2016
Numerário	3594,69	2088,96
Depósitos à ordem	3950,66	3328,62
Outros depósitos bancários	7818,14	12815,93
Total de Caixa e Depósitos bancários	15363,49	18233,51

A EMPDS Belmonte, EM, não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.





5. PARTES RELACIONADAS

5.1. A EMPDS Belmonte, EM integra-se no grupo do Município de Belmonte. Esta entidade é fornecedora de artigos promocionais que são vendidos nos museus geridos pela EMPDS Belmonte, EM, e no ano de 2017 esses fornecimentos ascenderam a 2225,27 euros. O valor em dívida da EMPDS Belmonte, EM ao Município de Belmonte relativamente a fornecimentos era de 8943,96 euros em 31/12/2016 e de 11169,23 euros em 31/12/2017. A EMPDS Belmonte, EM também realizou prestação de serviços ao Município de Belmonte no valor de 4689,00 euros e o valor do saldo a receber em 31/12/2017 era de 656,50 euros.

5.2. O Conselho de Administração da EMPDS Belmonte, EM, é composto atualmente por três membros (um presidente e dois vogais). As remunerações da Administração ascenderam a 27117,10 euros, correspondente às remunerações do Presidente do Conselho de Administração.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada ao custo.
- b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha reta.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2016	Adições	Diminuições	31.12.2017
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	4495,58	0	0	4495,58
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
	28876,71	0	0	28876,71





Depreciações acumuladas	31.12.2016	Adições	Diminuições	31.12.2017
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	4158,90	117,30	0	4276,20
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Perdas imparidade acumuladas	0	0	0	0
Total depreciações acumuladas	28540,03	117,30	0	28657,33

Quantia escritura	31.12.2016			31.12.2017
Total dos ativos fixos tangíveis	336,68	-	-	219,38

e) À data de 31 de Dezembro de 2017 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) A mensuração dos ativos intangíveis é efetuada ao custo.

b) Na depreciação dos ativos intangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal.

c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2016	Adições	Alienações	31.12.2017
Programas de computador	3135,14	0	0	3135,14
Total dos ativos intangíveis	3135,14	0	0	3135,14

Depreciações acumuladas	31.12.2016	Adições	Alienações	31.12.2017
Programas de computador	3135,14	0	0	3135,14
Total dos ativos intangíveis	3135,14	0	0	3135,14

Quantia escritura	31.12.2016			31.12.2017
Total dos ativos intangíveis	0	-	-	0





8. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2017	31-12-2016
Mercadorias	42642,26	43187,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
	<u>42642,26</u>	<u>43187,66</u>

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	31-12-2017	31-12-2016
Mercadorias	32700,18	37576,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
	<u>32700,18</u>	<u>37576,99</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo.

9. CLIENTES

A decomposição dos clientes é a seguinte:

Clientes	31-12-2017	31-12-2016
Clientes gerais – mercado nacional	5022,86	5465,08
Clientes gerais – mercado intracomunitário	0	0
Clientes gerais – outros mercados	0	0
	<u>5022,86</u>	<u>5465,08</u>

A EMPDS Belmonte, EM, presta os seus serviços a empresas, instituições e consumidores finais.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.





10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rúbrica de Estado e outros entes públicos (Ativo) apresentava as seguintes quantias:

EOEP – Ativo	31-12-2017	31-12-2016
Imposto s/ rendimento	5593,95	7343,64
Retenção de imposto s/ rendimento	0	0
Imposto s/ valor acrescentado	0	0
Total de Estado e outros entes públicos	5593,95	7343,64

O saldo de Imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta (PEC), no valor de 5262,44 euros e às retenções na fonte de rendimentos de capitais e prediais efetuadas por terceiros, no valor de 0,73 euros e 330,78 euros respetivamente.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Outras contas a receber	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	3240,66	3158,46
Pessoal (outras operações)	0	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	41250,00	26250,00
	44490,66	29408,46

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rúbrica tem a decomposição seguinte:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	3594,69	2088,96
Depósitos à ordem	3950,66	3328,62
Outros Depósitos bancários	7818,14	12815,93
	15363,49	18233,51

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.





13. CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Capital próprio	31-12-2017	31-12-2016
Capital	5000,00	5000,00
Prestações suplementares	0	0
Reservas legais	1000,00	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	42931,62	33846,97
Outras variações no capital próprio	0	0
Resultado líquido do exercício	4226,55	10084,65
Total do Capital próprio	53158,17	48931,62

O capital social da empresa é de 5000 euros e encontra-se totalmente realizado. É detido a 100 % pelo Município de Belmonte.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os resultados transitados registaram variação em consequência de:

- Transferência do Resultado Líquido positivo de 2016 no valor de 10.084,65 euros.
- Aplicação de resultados, com constituição de Reserva Legal no valor de 1.000,00 euros.

14. FORNECEDORES

A rúbrica de fornecedores apresenta os saldos seguintes:

Fornecedores	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	28741,55	23979,45
Total de Fornecedores	28741,55	23979,45

A dívida a fornecedores c/c resulta do desenvolvimento da atividade operacional.





15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rúbrica de Estado e outros entes públicos (Passivo) apresentava as seguintes quantias:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Imposto s/ rendimento	472,59	75,76
Retenção de imposto s/ rendimento (IRS)	992,00	1042,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	449,78	1546,47
Contribuições p/ a segurança social	3745,54	4049,17
Total de Estado e outros entes públicos	5659,91	6713,40

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social, evidenciam as retenções/contribuições efetuadas no mês de Dezembro de 2017 e pagas em Janeiro de 2018 e o Imposto sobre o valor acrescentado diz respeito ao IVA a pagar apurado no 4º trimestre de 2017 e pago em Fevereiro de 2018.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Outras operações com o pessoal	0	0
Fornecedores de investimentos	0	0
Credores por acréscimos de gastos	25740,19	24364,66
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros credores	68	68
	25808,19	24432,66

O saldo de acréscimo de gastos corresponde à estimativa para férias, subsídio de férias e respetivos encargos, relativos a direitos adquiridos no ano de 2017, que a EMPDS Belmonte, EM, liquidará no ano de 2018 (23928,50 euros) e ainda à especialização de comunicação a liquidar (181,94 euros) e trabalhos especializados a liquidar (1629,75 euros).



**17. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Vendas – mercado nacional	46044,40	53371,35
Prestações de serviços – mercado nacional	185212,86	153723,15
Vendas e Prestações de serviços – mercado intracomunitário	0	0
Vendas e Prestações de serviços – outros mercados	0	0
	<u>231257,26</u>	<u>207094,50</u>

18. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios à exploração do Estado e outros entes públicos	37405,49	46120,52
	<u>37405,49</u>	<u>46120,52</u>

Foram imputados a rendimentos do exercício, o valor relativo ao contrato-programa com o Município de Belmonte para compensar a prática de preços sociais e isenções nos espaços museológicos, no valor de 35000,00 euros e 2405,49 euros do IEFP relativo à sua comparticipação na medida estágio emprego.



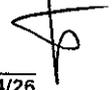

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

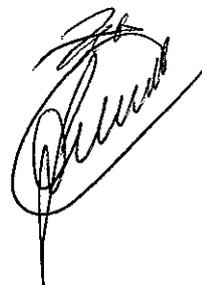
Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	0	0
Trabalhos especializados	17512,80	9056,33
Publicidade e propaganda	635,17	276,61
Vigilância e segurança	0	0
Honorários	1520,00	280,00
Conservação e reparação	0	0
Outros serviços especializados	793,44	792,85
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	853,87	447,97
Livros e documentação técnica	10,90	0
Material de escritório	824,03	1302,59
Artigos para oferta	63,80	0
Outros materiais	2655,88	2456,69
Eletricidade	0	0
Combustíveis	0	250,00
Água	0	0
Outros fluídos	0	0
Deslocações e estadas	658,82	211,49
Transportes de mercadorias	30,00	0
Rendas e alugueres	1592,40	4777,20
Comunicação	4843,14	5330,56
Seguros	240,65	313,50
Contencioso e notariado	0	0
Despesas de representação	8,97	0
Limpeza, higiene e conforto	22,43	7,55
Outros serviços	1780,67	1041,71
	34046,97	26545,05

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um acréscimo de 28,3% (7501,92 euros) relativamente ao ano anterior.

Os trabalhadores especializados (51,4%), a comunicação (14,2%), as rendas e alugueres (4,7%), os outros materiais (7,8%) e os outros serviços (5,2%) e representam cerca de 83,3% do total dos FSE.





20. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais	27117,10	26836,47
Remunerações do pessoal	133988,39	118226,49
Encargos sobre remunerações	34382,25	31316,21
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1312,02	1199,20
Outros gastos com o pessoal	0	0
	<u>196799,76</u>	<u>177578,37</u>

Os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 10,8% face ao exercício anterior.

As remunerações dos órgãos sociais (conselho de administração) no período em análise ascenderam a 27117,10 euros, correspondentes às remunerações do Presidente do Conselho de Administração. A média de funcionários ao serviço da EMPDS Belmonte, EM, no ano de 2017, aumentou de 12 para 13.

21. OUTROS RENDIMENTOS

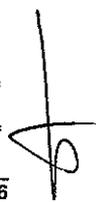
Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	2439,00	2439,00
Ganhos em inventários	0	1232,30
Ganhos em investimentos não financeiros	0	0
Correções relativas a períodos anteriores	0	126,26
Imputação de subsídios para investimento	0	0
Outros não especificados	324,52	371,04
	<u>2763,52</u>	<u>4168,60</u>

22. OUTROS GASTOS

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	50,00	0
Outros gastos	3010,36	5254,59
Outros gastos de financiamento	5,51	58,13
	<u>3065,87</u>	<u>5312,72</u>



Os outros gastos respeitam a correções relativas a períodos anteriores no valor de 2367,35 euros, a Insuficiência de estimativa para imposto no valor de 539,77 euros e a outros gastos não especificados no valor de 103,24 euros. Os outros gastos de financiamento respeitam a juros de mora (5,45 euros) e a outros juros (0,06 euros).

23. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativos fixos tangíveis	117,30	217,23
Ativos intangíveis	0	0
	<u>117,30</u>	<u>217,23</u>

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

24. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Juros obtidos	2,95	7,15
Outros rendimentos similares	0	0
	<u>2,95</u>	<u>7,15</u>

Esta rubrica reflete os juros obtidos com as aplicações de tesouraria efetuadas pela entidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 30 de Março de 2018.

Belmonte, 30 de Março de 2018

Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

EMPDS - Belmonte, EM.
Edifício Mercado Municipal, Loja 7
6250 - 088 Belmonte

Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, E.M.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a atividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das atas das reuniões do Conselho de Administração e dos contactos com os respectivos membros, e efetuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.
3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios de valorimetria utilizados na prestação de contas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.
4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de dezembro de 2017, bem como do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do período acima referido.
5. Elaborámos a certificação legal de contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.



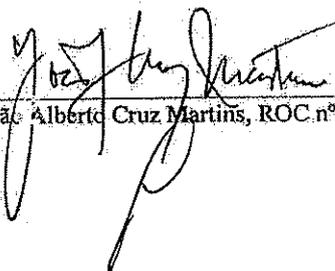
6. Face ao que antecede, e tendo em consideração o conteúdo da certificação legal de contas, o fiscal único é de parecer que:

- a) O Relatório e Contas apresentadas pelo Conselho de Administração constituídas por Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Demonstração de alterações do capital próprio e respectivo Anexo devem ser aprovados;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

7. Por último é nosso desejo agradecer a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e serviços respetivos.

Beimonte, 2 de abril de 2018

CRUZ MARTINS & ASSOCIADA, SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


João Alberto Cruz Martins, ROC.nº 735